



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN CABO DELGADO BULLETIN

MULTI-STAKEHOLDER PLATFORM FOR DIALOGUE

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Quinta - feira, 18 de Março de 2021 | Ano 1, n.º 7 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

DEFENDEM PARTICIPANTES DO WORKSHOP DE PEMBA

Respeito pelos direitos humanos passa por devolver paz, dignidade e esperança às pessoas vítimas do conflito



NneNne Iwuji-Eme, Alta Comissária Britânica para Moçambique, **Armindo Ngunga**, Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado, **Valige Tauabo**, Governador da Província de Cabo Delgado

O Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado defende que condenar a violação ostensiva dos direitos humanos no contexto do extremismo violento é, antes de mais, condenar as acções terroristas e garantir que as “populações indefesas, vítimas dos actos macabros, hediondos e desumanos perpetrados por

aquele grupo sanguíneo, vejam realizada a justiça no quadro dos crimes contra a humanidade”. Armindo Ngunga falava quarta-feira, 17 de Março, na abertura do workshop de Pemba sobre a promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado.



Armindo Ngunga, Secretário de Estado da
Província de Cabo Delgado



Valige Tauabo, Governador da
Província de Cabo Delgado

Numa clara reacção ao mais recente relatório da Amnistia Internacional que acusa as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de violar os direitos humanos em Cabo Delgado, o Secretário de Estado de Cabo Delgado disse que a população da província e o Estado moçambicano estão a ser agredidos perante “o silêncio cúmplice de algumas instituições bem conhecidas na arena internacional”. “Não são poucas as vezes em que tais instituições ensaiam transformar o agressor em vítima, invertendo, ao arrepio de todos nós, o significado da verdade”.

Para Armindo Ngunga, é contraditório e de nenhum sentido lógico acreditar em informações veiculadas sobre a violação de direitos humanos que atribuem às FDS os actos criminosos perpetrados por terroristas, “ignorando propositadamente os antecedentes, a conduta criminosa reiterada e o cadastro criminal que militam contra os reais agressores”.

No âmbito de combate ao terrorismo, Ngunga diz que as demandas inerentes à segurança nacional não podem ser vistas meramente como um negócio dependente das leis do mercado, da procura e da oferta e sua

orientação única para gerar lucro. “Poderá até comportar uma transacção pecuniária para aceder a algum equipamento necessário e adequado para o patrulhamento, para a protecção e defesa da pátria e no combate às ameaças à integridade territorial”. Mas, explica, tal transacção ocorre no prosseguimento legítimo do mais nobre interesse público que é a defesa da soberania e integridade territorial, “pois a soberania reside no Povo e é dele que, naturalmente, emerge a necessidade de garantir a defesa da pátria, da independência e das suas conquistas”.

Sobre a necessidade de protecção das populações deslocadas devido aos ataques, o Secretário de Estado de Cabo Delgado disse que foi desenhado um Plano de Gestão de Deslocados que, para além de identificar, demarcar e atribuir talhões às famílias em novas aldeias, inclui a restituição dos meios de vida com a abertura de machambas para garantir a produção agrária. O objectivo é não perpetuar a dependência humanitária sob forma de donativos, comida e abrigo, “recebidos de mãos caridosas que roubam a auto-estima e a confiança no futuro assente na cultura de trabalho”.

No rol das prioridades dos órgãos do Estado na Província de Cabo Delgado, Ngunga destaca a necessidade de devolver a paz, a dignidade e a esperança às comunidades que se encontram na condição de deslocados e “precisam desesperadamente de se reerguer desta situação para que encontrem uma nova oportunidade de dormir, sonhar e acordar sem pesadelos” nos locais onde são acolhidos.

Já o Governador da Província de Cabo Delgado, Valige Tauabo, referiu que os ataques terroristas, as mudanças climáticas e a Covid-19 são os factores que têm influenciado negativamente o desenvolvimento socioeconómico da província nos últimos três (3) anos. “O terrorismo fez recuar os progressos alcançados com muito sacrifício durante anos de trabalho, devido à destruição de infra-estruturas de água, electricidade, rede comercial, estâncias turísticas, unidades sanitárias, escolas, habitações, além de provocar luto e dor nas famílias”.

Aliado à insegurança, a Covid-19 limitou e continua a limitar a realização de actividades

económicas, incluindo o adiamento de grandes investimentos para Cabo Delgado. “As mudanças climáticas têm provocado chuvas e ventos fortes desde 2019, ano em que registamos o ciclone Kenneth, com graves prejuízos e destruição de infra-estruturas sociais e económicas, como estradas e pontes”.

Para minimizar os danos, o Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado está a trabalhar na promoção do conteúdo local e outras iniciativas que visam a formação e integração social dos jovens, bem como na advocacia junto das pequenas e médias empresas e multinacionais para garantir emprego para a juventude. “Estamos abertos para estabelecer parcerias junto de entidades legítimas que desenvolvem actividades sociais no âmbito de assistência jurídica, educação cívica, promoção da cultura de diálogo para a paz, promoção da cidadania responsável e outras matérias inerentes à promoção de direitos humanos nas suas diferentes vertentes, tendo em vista a participação e ganhos por parte da população na exploração dos recursos naturais”.

Reino Unido reitera apoio na criação de ambiente favorável para a implementação dos Princípios Voluntários



NneNne Iwuji-Eme, Comissária Britânica para Moçambique

O projecto que visa promover e facilitar a implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique, com particular enfoque na Província de Cabo Delgado, é uma iniciativa do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) apoiada pelo Governo do Reino Unido. O objectivo central do projecto é minimizar o risco de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados com a segurança das comunidades e promover a transparência e boas práticas de responsabilidade social corporativa.

Falando na cerimónia de abertura do workshop de Pemba, a Alta Comissária do Reino Unido em Moçambique destacou a importância dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos para o Governo, sector privado e sociedade civil. Para o sector

público, os Princípios Voluntários oferecem uma plataforma para discutir as expectativas sobre a conduta empresarial responsável, integrando questões emergenciais de direitos humanos, bem como identificar oportunidades para a sua implementação. “Os Princípios Voluntários permitem que os governos promovam com clareza as práticas comerciais responsáveis, além de apoiar outros objectivos de políticas públicas relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável, fortalecimento e melhoria do ambiente de negócios e prevenção de conflitos sociais”.

Para o sector privado, os Princípios Voluntários permitem reduzir riscos reputacionais das empresas e contribuem para a estabilidade das operações empresariais, incluindo a redução de atrasos na produção - que são

muitas vezes provocados por conflitos sociais e instabilidade política. “A participação do sector privado pode também ajudar a trazer o Governo local à mesa de diálogo, bem como alavancar o seu compromisso com a protecção dos direitos humanos”.

A Alta Comissária do Reino Unido em Moçambique explicou que, para a sociedade civil e as comunidades, os Princípios Voluntários oferecem uma plataforma de aprendizagem colectiva para melhor apoiar todas as partes interessadas por meio do seu trabalho em direitos humanos, paz e segurança. “Enfatizamos o nosso comprometimento em apoiar as políticas do Governo de Moçambique para propiciar um ambiente em que esses princípios podem ser implementados, especialmente a educação em vários níveis”.

Sector privado diz que segurança é condição prioritária para melhoria do ambiente de negócios em Cabo Delgado



Gulamo Aboobakar, Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado

O sector privado esteve representado pelo Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado, Gulamo Aboobakar. O empresário defendeu que a segurança é uma questão prioritária em Cabo Delgado, pois constitui a condição necessária para a melhoria do ambiente de negócios e a protecção dos direitos humanos. Aliás, o líder empresarial defendeu que a construção de um desenvolvimento efectivo requer a consolidação da paz e prosperidade para todos, o que implica assegurar a segurança e a plena observância dos direitos humanos.

“A Declaração Universal dos Direitos diz, no seu artigo 3º, que todo o individuo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. O facto é que alguns dos nossos concidadãos perderam esses direitos, pelo que cabe a todos nós fazer tudo que estiver ao nosso alcance para que esses direitos sejam repostos. Escusado será dizer que numa situação destas, o ambiente de negócios não pode e nem poderia ser bom. Muitos dos nossos colegas pequenos e médios empresários engrossam a lista de deslocados, perderam tudo e outros estão endividados e numa situação de desespero”.

Osman Yacob, presidente da Comunidade Muçulmana em Cabo Delgado



Osman Yacob, Presidente da Comunidade Muçulmana em Cabo Delgado

“As comunidades de Cabo Delgado estão entrosadas e há séculos que vivem em comunhão. Os muçulmanos e cristãos vivem juntos. A comunidade muçulmana faz um trabalho extraordinário que consiste na ajuda às comunidades, sobretudo os deslocados do conflito armado. Vamos sempre continuar a apoiar as comunidades. Nós tínhamos os insurgentes há 25 quilómetros da Cidade de Pemba, mas hoje já não estão aqui. E a viragem começou quando se criou um ambiente favorável de cooperação entre as populações e as Forças de Defesa e Segurança. Mas o flagelo de Cabo Delgado não vem apenas da guerra, vem também da falta de políticas claras de conteúdo local capazes de alavancar o empresariado local e criar emprego para jovens, reduzindo assim a sua vulnerabilidade ao extremismo violento”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula , Ilídio Nhandumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

